



A UTILIZAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL COMO POLÍTICA PÚBLICA NA PROMOÇÃO DA DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO

Nicole Paroul Cansian, Marcos Vinícius Viana da Silva

Direito - Direito Público

A tecnologia da Inteligência Artificial (IA) impacta profundamente todas as esferas da sociedade, o Direito não é diferente. Justamente por conta disto, o Projeto intitulado “a utilização da inteligência artificial como política pública na promoção da duração razoável do processo” apresenta a IA como uma política pública na promoção da celeridade processual. O estudo questiona se é possível que a Inteligência Artificial se torne uma política pública para a promoção da celeridade processual, para tanto, conceituou-se a Duração Razoável do Processo e os impactos no Poder Judiciário brasileiro, bem como a Inteligência Artificial e suas aplicações no Judiciário, narrando por fim os impactos do uso dessa ferramenta na morosidade dos julgamentos no Brasil. O aporte metodológico empregado na pesquisa foi o método indutivo e a técnica de pesquisa bibliográfica pela análise documental e jurisprudencial. Delimitados os artigos e outros trabalhos acadêmicos e jurídicos a pesquisa conceituou a duração razoável do processo como um direito assegurado constitucionalmente que raramente é eficiente, sendo um dos judiciários mais morosos e caros do mundo. Em seguida foi apresentada a Inteligência Artificial e suas aplicações judiciais. Em um primeiro momento a IA foi utilizada para a realização de tarefas burocráticas simples, porém com o avanço tecnológico a Inteligência Artificial passou a desempenhar funções mais diversas e complexas. Até o presente momento seis tribunais superiores têm projetos para utilização da IA. A última seção da pesquisa evidencia a morosidade processual e quais os impactos da Inteligência Artificial no problema. A análise de casos desenvolvida pela Inteligência Artificial se mostrou 500% mais eficiente do que a realizada exclusivamente por seres humanos. Os resultados positivos da aplicação da IA se deu nos diversos projetos realizados pelos tribunais superiores. Mesmo que a Inteligência Artificial ainda não tenha poder de julgar é economizado tempo na realização de tarefas periféricas. Além de ser mais eficiente na realização de tarefas burocráticas de coleta de dados a IA também se mostra como uma forma de economia de recursos, já que não demanda um maior contrato de pessoal e elaboração de concursos. Conclui-se que a Inteligência Artificial é uma importante ferramenta das políticas públicas que promove uma maior eficiência da burocracia estatal que está em uma crise devido a sua morosidade. É importante destacar a necessidade de desenvolvimento de tecnologias mais avançadas para a realização de tarefas mais complexas, além da necessidade da criação de uma legislação específica para regulamentar o uso da Inteligência Artificial.

Palavras-chave: Inteligência Artificial; Política pública; Duração razoável do processo

Apoio: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação -

XXII SEMINÁRIO
DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

XI Mostra Científica de Integração
Pós-Graduação e Graduação

I Jornada de Tecnologia e Inovação



ISSN 1983-117X

PIBITI/CNPq e UNIVALI